

## REMEMORAR E FUTURAR OU A INVENÇÃO DA PÁTRIA

ISABEL PIRES DE LIMA

Rememoras e futuras, o mal é esse.

(José Cardoso Pires)

Quando em 1977 José Cardoso Pires publicava *E Agora, José?*, interrogando-se sobre o seu papel de escritor e de cidadão num novo Portugal saído da chamada Revolução dos Cravos, esse título e essa interrogação perpassavam conscientemente, ou não, pelo espírito de todos os 'josés' e 'marias' portugueses?

Não é impunemente que uma velha nação secular, senhora do último dos impérios coloniais, quer essa posse fosse vivida numa delirante atitude eufórica ou com uma dramática má consciência, se vê subitamente reduzida à sua dimensão europeia. Cinco séculos de império, quarenta anos de mística imperialista em plena era de descolonizações, quinze anos de guerra colonial e no fim de tudo um rectângulo a ocidente da Europa, na cauda do desenvolvimento económico e social, não podia deixar de gerar perplexidades, interrogações, medos... Quem somos nós? Que destino é agora o nosso, agora que já não há mais mundos aonde levar europas, agora que o mar deixou de ser ultra-mar, agora que nós somos apenas nós? *E agora, José?*

Após o período conturbado imediatamente posterior ao 25 de Abril e à descolonização, uma outra realidade começa pouco a pouco a delinear-se com a integração no projecto europeísta da Comunidade. Perplexidades novas ou acrescidas se definem: qual poderá ser o nosso papel numa Europa dos grandes aos olhos da qual nós somos o vazio, mesmo que esse vazio contenha uma vasta praia e um idílico jardim, perfeito remate despoluído de uma Europa pós-industrializada, ou aos olhos da qual quando

muito, somos um velho povo de argonautas excêntricos esperando que um rei atravessasse séculos de nevoeiro e reponha grandezas passadas?

No campo do ensaio, assiste-se a uma multiplicação de reflexões em torno da identidade nacional e do destino pátrio. Duas vias distintas têm sido percorridas, concretizando-se em discursos substancialmente diferentes: na primeira dessas vias cabem um discurso de feição mítica e ontologizante e um discurso mais mítico-psicanalítico; na segunda, que persegue uma dimensão científica, pontificam um discurso sociológico-antropológico e um discurso histórico.

O primeiro tipo, que classificámos de mítico e ontologizante, é um discurso muito voluntarista, é um discurso de carácter tendencialmente nacionalista com uma longa tradição entre as nossas elites culturais, sobretudo posteriores à Geração de 70, reagindo contra a imagem que esta última projectou de Portugal, uma imagem essencialmente negativa, de país desfocado em relação à Europa. Nacionalista como tende a ser, reclama a existência de uma inequívoca identidade portuguesa e de um carácter português provenientes de um presumível génio local mitificado e mistificado. Trata-se de um discurso excessivo, profético, que mais do que debruçar-se sobre o presente, toma como referência o passado ou o futuro mistificados, acreditando num destino histórico especificamente português. Assume muitos matizes e formas de expressão diversas, mais ou menos conservadores, ora aproximando-se, ora afastando-se da chamada **filosofia portuguesa**, mesmo em autores que podem parecer longínquos em relação a ela. Um dos corifeus desta tendência, António Quadros, reclama a existência de um arquétipo do homem português, capaz de dar corpo a um projecto nacional transtemporal e a uma paideia cristã-europeia portuguesa<sup>1</sup>.

Dentro da primeira via definida, apresenta particular originalidade heterodoxa o pensamento mítico-psicanalítico de Eduardo Lourenço, na designação, de que nos apropriámos, de Boaventura de Sousa Santos, designação em boa parte suscitada pelo próprio título e subtítulo do conhecido livro de ensaios do autor, *O Labirinto da Saudade - Psicanálise Mítica do Destino Português*. Nesta brilhante obra, publicada em 1978, Eduardo Lourenço faz um exercício daquilo a que chama **imagologia**, isto é, «um discurso crítico sobre as *imagens* que de nós mesmos temos forjado» (Lourenço, 1988: 12) e proclama a necessidade de «rever, renovar, suspeitar sem tréguas as **imagens** e os **mitos**» nos quais os portugueses se vinham revendo no passado próximo e mesmo mais longínquo. Para isso

---

<sup>1</sup> A bibliografia de António Quadros sobre o assunto é vasta; tem para a nossa óptica de abordagem particular relevância o título *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos Cem Anos*. Lisboa, Fundação Lusíada, 1989.

havia que partir de estudos rigorosos na área das ciências humanas de modo a obter uma «**renovada imagem** capaz de substituir a polarização esquizofrênica da nossa cultura em torno de ópticas globais, decerto elas mesmas justificáveis, mas em excesso simplistas, autistas, sem referência interior vivida e séria àquilo que **negam** e que ao fim e ao cabo as faz viver» (*Id.*: 70-1).

Com efeito, esses estudos foram surgindo, por vezes confirmando o fosso existente entre aquelas ópticas globais, emanadas das elites intelectuais e resultantes de condicionantes político-ideológicas pontuais, e a realidade concreta, presente e passada. Isso não tem impedido, porém, que aquele tipo de discurso mítico continue a proliferar com êxito e que o próprio Eduardo Lourenço, obliquamente dele se aproxime.

Em ensaios já da década de 80, este autor defende que Portugal não tem qualquer problema de **identidade**, mas sim de **hiperidentidade**, isto é, nós sabendo-nos portugueses no que isso significa de um sentimento de partilha de um espaço físico, uma cultura, um passado, uma língua, o nosso excesso, a nossa **hiperidentidade**, decorreria de uma fixação na **diferença** que nos distingue ou que imaginamos que nos distingue em relação aos outros povos. A nossa **única e autêntica identidade**, manifesta complementarmente numa elevada **segurança ontológica** em contraste com uma **fragilidade objectiva**, é ao fim e ao cabo uma **existência imaginária**, acaba por admitir Eduardo Lourenço, sem deixar de proclamar ao mesmo tempo o carácter **singular** dessa identidade.

Por um lado, vemos Eduardo Lourenço procurando sedimentar essa singularidade em dados objectivos, como é próprio da atitude crítica que o ouvimos reclamar, e adoptando um discurso racionalista. Diz ele: «A consistência, a força, a coerência do nosso sentimento de **identidade** estão amalgamadas com a vivência de um espaço-tempo próprio, homogeneizado pela língua, pela história, pela cultura, pela realização enquanto 'habitus' sociológico, pela sua própria marginalização no contexto europeu, o seu lado 'ilha' sem o ser. Mas talvez mais ainda pela presença e permanência, por assim dizer, **físicas**, ao alcance dos olhos e das mãos, de **uma estrutura social** de um arcaísmo extremo, quer dizer, de um enraizamento profundo no passado» (Lourenço, 1990: 13). Por outro lado, vemo-lo aproximar-se de um discurso mitificante, porventura inevitável em quem trabalha mais com imagens do que com dados objectivos, como neste passo final do segundo ensaio de *Nós e a Europa*: «Nação pequena que foi maior do que os deuses em geral o permitem Portugal precisa dessa espécie de **delírio manso**, desse sonho acordado que, às vezes, se assemelha ao dos videntes [...] e, outras, à pura inconsciência, para estar **à altura de si mesmo**. Poucos povos serão como o nosso tão intimamente quixotescos, quer dizer, tão indistintamente Quixote e Sancho. Quando se sonharam sonhos maiores do que nós,

mesmo a parte de Sancho que nos enraiza na realidade está sempre pronta a tomar os moinhos por gigantes. A nossa última aventura quixotesca tirou-nos a venda dos olhos, e a nossa **imagem** é hoje mais serena e mais harmoniosa que noutras épocas de desvario o pôde ser. Mas não nos muda os sonhos» (*Id.*: 23). A conclusão, embora talvez só a conclusão contida na derradeira frase – «Mas não nos muda os sonhos» – não poderia ser subscrita por algum dos herdeiros de António Quadros?

Na segunda das duas vias que definimos, dominada por uma óbvia preocupação de cientificidade, constata-se um esforço no sentido de responder não tanto às questões: qual é a nossa real identidade? há ou não uma identidade portuguesa? – revisitando mitos e lugares comuns, mas de proceder à nossa identificação, através daquele tipo de estudos na área das ciências humanas cuja urgência vimos Eduardo Lourenço reclamar já em *O Labirinto da Saudade*. Urge conhecermo-nos realmente, nos termos de uma historiografia e naturalmente de uma sociologia ou de uma antropologia modernas, coisa que nem sempre foi possível durante o Estado Novo, quando as ciências humanas eram olhadas e perseguidas como couro de marxistas e quejandos. Convirá, porventura, lembrar que houve sempre viva entre nós uma visão tendencialmente mais racionalista sobre o nosso passado que lia aquela tradição messiânica à luz da escatologia judaico-cristã<sup>2</sup>.

Não deixa de ser significativo que, no campo da historiografia, José Mattoso chame exactamente *Identificação de um País* ao seu fundamental trabalho sobre a formação de Portugal. Na vulgata que sobre o assunto publicou, este autor procura desmitificar a formação da nacionalidade portuguesa, demonstrando que ela só é concebível como «um processo escalonado no tempo» (Mattoso, 1986: 7)<sup>3</sup>, não irrompendo mais ou menos milagrosamente num momento preciso, é um fenómeno de síntese, que certos movimentos e ideologias políticas pretenderam negar ao sobrevalorizar um certo tipo de condicionalismos a outro.

---

<sup>2</sup> Fernando Catroga, num artigo intitulado «Portugal e a Europa no Espelho da sua própria História» (*Via Latina*, Coimbra, Maio de 1991) nota, naturalmente pensando em autores tão diversos como António Sérgio ou Jaime Cortesão ou, mais recentemente, Vitorino Magalhães Godinho ou Magalhães Vilhena, o seguinte: «para as análises mais racionalistas do nosso passado, as projecções messiânicas devem ser explicadas à luz da influência da escatologia judaico-cristã, e as suas eclosões desde as trovas do Bandarra, a «história do futuro» do Padre António Vieira, até Fernando Pessoa têm de ser entendidas num contexto de conjunturas sociais opressoras e decadentistas. Daí que, entre as causas que conduziram à decadência do país, se indique o excessivo atlantismo e a economia de intermediários que ele suscitou, opção necessária a que, para fazer face ao expansionismo de Castela, Portugal se consolidasse como estado, mas pela qual cedo alguns perceberam que nos iríamos perder, pois não poderíamos gerir um Império que estava para além das nossas capacidades» (Catroga, 1991: 66).

<sup>3</sup> «A nacionalidade» acrescenta José Mattoso «nasce de uma cadeia de factos históricos (no mais amplo sentido do termo, incluindo, portanto, factos colectivos, movimentos sociais e culturais, decisões políticas, conjunturas económicas, etc.) cuja conjugação pode finalmente levar à maturidade do fenómeno nacional» (*Id.*: 8).

Sinal ainda deste desejo de auto-conhecimento, neste mesmo campo, é o irromper a que vimos assistindo de novas histórias de Portugal.

Nos domínios da sociologia e da antropologia, quase ignorados entre nós até aos anos 70 – repare-se na inexistência de licenciaturas nestas áreas na Universidade portuguesa –, uma grande diversidade de trabalhos tem contribuído vivamente para que melhor nos possamos conhecer como colectividade, para nos identificarmos.

Num interessante trabalho intitulado, algo ironicamente, «11/1992 (Onze Teses por ocasião de mais uma Descoberta de Portugal)» (Santos, 1991: 58-64)<sup>4</sup>, Boaventura de Sousa Santos alerta para a necessidade de transformar o senso comum sobre os portugueses nascido das mistificações generalizantes das nossas elites culturais sobre o passado nacional, num «senso comum auto-critico» construído a partir de um conhecimento científico-social sobre a condição de Portugal no sistema mundial, que, especificamente no contexto europeu, ele entende ser a de uma «sociedade de desenvolvimento intermédio ou semi-periférico», que cumpriu uma função de intermediação assente no império colonial e cujo modelo de desenvolvimento dos últimos anos «tem maior potencial periférico do que centralizante». Um senso comum assim produzido será «menos mistificador mas mais proporcionado, menos celebratório mas mais eficaz, menos glorioso mas mais emancipador» (*Id.*: 61), defende o autor.

A sua 11.<sup>a</sup> tese, «Portugal não tem destino. Tem passado, tem presente e tem futuro», assenta por um lado numa análise de teor científico-social, de natureza obviamente racionalista, da situação de Portugal no passado e no presente, que permita compreender alguns dos lugares comuns sobre a portugalidade e as características transtemporais do homem português e vislumbrar os possíveis papéis que poderão caber a Portugal num futuro mais ou menos imediato e, por outro lado, pressupõe uma severa crítica ao pensamento mítico e psicanalítico social, o qual defende a ideia de que Portugal tem um destino messiânico, que apenas na época dos descobrimentos cumpriu, e para o cumprimento do qual precisa de se reencontrar consigo mesmo a sós ou nos contextos da Ibéria, da Europa ou do Atlântico. À matriz comum aos discursos a que este tipo de pensamento dá origem, chama Boaventura de Sousa Santos **jeremiada nacional**: «É um discurso de decadência e de descrença e quando projecta uma ideia positiva do país fá-lo de modo elitista e desfocado e por isso está sempre à beira da frustração, da queda e do ressentimento» (*Id.*: 63), manifestando duas patologias principais: o iberismo e o nacionalismo.

<sup>4</sup> Este artigo foi incorporado como o capítulo 3 num livro do mesmo autor, *Pela Mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 49-67. Ver ainda do mesmo autor, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento, 2.<sup>a</sup> ed., 1992.

Que se passa, entretanto, no campo da ficção? TUDO! E tudo porquê? Porque, a meu ver, para além desta segunda via ensaística de que falávamos, sistematicamente acusada pela primeira de positivista e sociologizante, **tudo o resto é ficção, tudo o resto é literatura...** No fundo o discurso nacionalista, defendendo identidades óticas e transtemporais e destinos de razão teleológica e transcendente, quer se assuma como mais conservador ou mais progressista para evitar termos de fronteiras hoje mais deliquescentes, como direita e esquerda, como mais iberista ou mais europeísta, como mais atlantista ou mais localista, é sempre um discurso ficcional, que inventa Portugal, sobre o passado ou sobre o futuro.

«Rememoras e futuras, o mal é esse», lembrava em epígrafe José Cardoso Pires. Continua-se a reinventar Portugal, a ficcionalizar a pátria, revisitando o passado ou inventando futuros, esquecendo o presente e sobretudo os portugueses. Repare-se como uma certa nova direita, representada por exemplo nos livros de um Miguel Esteves Cardoso, se compraz evidenciando frequentemente como os portugueses são horrorosos, mas Portugal é Portugal e a pátria não se discute.

O ensaísmo mítico e o vastíssimo *corpus* ficcional posterior a 74, centrado na autognose nacional, são em grande parte narrativas do "ser" da pátria, narrativas de destino, uma função de um passado e de um futuro míticos, narrativas de decadência e de renascença, que, portanto, convivem problemáticamente com o "estar" da pátria.

Desse amplo campo ficcional possível, escolhemos três romances da década de 80 nos quais se imagina Portugal de um modo diverso mas próximo, embora recorrendo a soluções narrativas as mais dispares:

O romance de Almeida Faria, *Lusitânia*, de 1980, cuja acção decorre durante um ano entre dois domingos de Páscoa, o de 1974 e o de 1975, acontecendo entretanto o 25 de Abril, reflecte o imediatismo das reacções de várias consciências - trata-se de um romance por cartas onde portanto várias subjectividades se assumem - perante o precipitar de acontecimentos nesse ano que valeu anos, não deixando de ser simultaneamente um romance de rememoração nacional.

De Lidia Jorge, *O Cais das Merendas*, publicado em 1983, é um romance da memória e da perda dela na experiência traumatizante de uma comunidade rural algarvia que sofre um processo que quase se poderá chamar de aculturação, tão diferente e novo se lhe apresenta o quotidiano trazido pelo fenómeno recente do turismo de veraneio.

O romance de José Saramago, *A Jangada de Pedra*, vindo a lume em 1986, é uma delirante e fantástica história, em que a Península Ibérica, reclamando uma

vocação idêntica se desprende da Europa, exactamente pelos Pirenéus e ruma, qual uma **jangada de pedra**, pelo Atlântico, em busca de um destino que é também uma memória.

Os três romances, logo ao nível dos títulos, remetem para um imaginário nacional, que de um modo mais ou menos explícito tem a ver com o mar, o velho destino da pátria. *Lusitânia*, se por um lado traz ao presente as raízes ráticas mais remotas dos portugueses – lusitano povo –, por outro conduz inelutavelmente ao título do poema da gesta lusitana dos descobrimentos – *Os Lusíadas* –, com o qual há, de resto, um constante diálogo intertextual. O título, *O Cais das Merendas*, contém mesmo a palavra cais, associada ao conceito de Portugal como cais de partida, para oceanos nunca dantes navegados, pontão aberto ao mar no extremo da Europa. *A Jangada de Pedra* é obviamente uma metonímia da própria pátria navegante, atlântica e aventureira.

Trata-se de narrativas de destino, em que a pátria conturbada por mudanças profundas e perturbadoras **rememoria** e **futura**, isto é, questiona-se perante o presente, em função de uma memória colectiva no sentido da construção de um futuro, da apreensão em face dele ou até da impossibilidade de vislumbrá-lo. Por isso, em todos eles a memória colectiva é evocada, através de referências mítico-culturais ou apenas sugerida através de metáforas e símbolos como o mar, ou a nau, ou a praia, ou a viagem.

Em *Lusitânia*, o decurso dos acontecimentos revolucionários vai criando na consciência dos autores das várias cartas uma sensação de derrocada da nação, de *finis patriae*, como adequadamente lembra António Quadros (Quadros, 1989: 206). Na primeira parte, intitulada «Águas Mil», perpassa ainda alguma vaga de esperança e até de comunhão na euforia infantil que generalizadamente se sente – «naquele engano de alma ledó e cego que o O.G.E. não deixa durar muito» (Faria, 1980: 88), embora visões ameaçadoras atravessem os sonos intranquilos das personagens, como o fantasma do velho criado, Moisés, feito um Velho do Restelo: «Moisés, de fraca fala, com um saber só de experiência feito, tais palavras tirou do estreito peito, que me deu vontade de fugir para não ouvir o que dizia» (*Id.*: 39). Mas nas restantes duas partes – «Setembro Negro» e «Idos de Março» – a pátria é uma nau à deriva, esburacada no casco, que paulatinamente se vai afundando, Lisboa um mar de «dejectos do transatlântico há quatro séculos encalhado que é esta decadente capital com aspecto de pedir que a esqueçam, que não liguem à sua retorcida insistência em existir»<sup>5</sup>. *Os Lusíadas*, enquanto

---

<sup>5</sup> Os cacilheiros -São o que nos resta das descobertas e viagens, do apregoado império e seus naufrágios, dos sublimes sucessos, dos desastres em má hora anunciados por um velho de venerando aspecto, que ficara entre as gentes no cais, postos em nós os olhos, meneando três vezes a cabeça, descontente, a voz pesada um pouco alevantada, que nós no rio ouvimos claramente. (*Id.*: 78).

símbolo da memória colectiva, são parafraseados por uma das personagens, nas vésperas do 25 de Abril, para desmitificar a pátria (*Id.*: 14) quatro meses volvidos sobre aquela data, é de novo à paráfrase d'*Os Lusíadas* que outra personagem recorre para verbalizar o seu e o geral desnorte: «Tantos perigos passados, tantos duros trabalhos, no mar tanta tormenta e tantos anos, tantas fezes e mijo diluído, na terra tanto berro e tanto esgano, tanta ruim idade poluída, onde pode acolher-se um pobre humano, onde verá lonjura e curta vista?» (*Id.*: 124).

Uma forte dimensão trágica atravessa o romance, indiciada também pela suspeita morte do latifundiário decadente e pelo enforcamento do velho criado, a qual, a par de um pessimismo envolvente, fazem com que a epígrafe queirosiana que abre o romance «pátria para sempre passada, memória quase perdida!» – ecoe ao longo dele. Ao desejo de ostracismo manifestado por João Carlos – «apetece-me o ostracismo, a austeridade mais total, espécie de vida monástica» (*Id.*: 140) – responde o NÃO maiúsculo de Marta no seu exílio dourado de Veneza, com que o romance se fecha. Não estamos perante aquela ataraxia que Carlos e Ega defendem no final d'*Os Maias*? João Carlos não deixa de problematizar, antevendo as críticas: «Pessimismo isto? O meu pessimismo, parafraseando Pessoa, é mais optimista que os optimismos deles», todavia estamos inquestionavelmente perante uma narrativa de destino em que o “estar” da pátria é sempre equacionado em função do seu “ser”, da memória de uma Lusitânia passada que impõe uma visão pessimista do presente.

No romance de Lídia Jorge, a nova ordem de valores com que aquela comunidade de antigos camponeses, que passa «DA LAVOIRA AOS SERVICES» (Jorge, s/d: 107), se vê confrontada, obriga-a a um constante exercício para tentar perder a memória rural colectiva. O esforço no sentido de renegar as origens leva-a a obsessivamente organizar festas «em memória da nossa mudança» (*Id.*: 38), como diz uma das personagens, festas que deixam de ser como outrora uma merenda ou um serão, para passarem a ser um «party» ou um «evening party», na ilusão de que «Bastaria o novo nome dado à coisa para a coisa se transformar» (*Id.*: 55). O desejo de imitar à perfeição os modelos estrangeiros trazidos por aqueles turistas cheirosos que se alojam no hotel obriga-a a um esforço que gera ora esperança, ora frustração: «Afiml valia a pena ter esperança na regeneração de todos nós que somos capazes de acompanhar de pé os bufetes» (*Id.*: 167) – comenta entusiasmada uma outra personagem para mais adiante afinal constatar desiludida: «não conseguimos imitar coisa nenhuma a preceito» (*Id.*: 188).

As personagens vivem dramaticamente entre o esquecimento e a lembrança, uma delas optando mesmo pelo suicídio. Aldegundes, que no fim do romance «já não sabia como voava um pássaro» (*Id.*: 251) – são exactamente estas

as derradeiras palavras do livro –, num dado momento pergunta-se: «Ai de mim, como me chamo? E onde estou? Serei casada ou solteira? Em cada pergunta que fazia punha Aldegundes Beira o ímpeto de uma aflição, e cravava os olhos em todos como se alguém por brincadeira lhe tivesse escondido a identidade dentro da algibeira» (*Id.*: 175). E o protagonista do romance, Sebastianito Guerreiro, apaixonadamente preso à figura evanescente duma inglesa diferente das muitas outras que servira como criado e como amante, dizia-se: «Era uma necessidade imperiosa de renegar a espécie baça de que vinha [...]. Desejava desprender-se por exemplo e já, das feições de Belisanda Maria [sua mãe] feita corcunda pela velhice, da existência dessa Santanita Trigal [sua mulher legítima] cheirando a bafio de farelo e porqueira, suor de cabeça por lavar. Dessas duas sobretudo, mas de um modo geral de todas as que tinha conhecido até à idade dos quarenta e quatro contados. [...] Era preciso sacudir mesmo as que o tinham gerado, aquelas com quem gerara, e as geradas de si. De tanta geração junta, nada prestava. [...] Look, miss Laura. Here the women are» (*Id.*: 200). Um tal desejo, uma tal constatação não o impedem de ser acossado pela memória, pelas memórias, ele e as outras personagens, acabando as «parties» transformadas em puras e simples merendas, como se de uma condenação se tratasse. Afinal, a velha Belisanda Maria é que tinha razão quando dizia: «a mimória mê filho, era uma grande condenação dada por deus aos descendentes de eva. [...] Parecia mentira que o mundo tivesse entretanto dado saltos tão mortais, e que ainda Sebastião Guerreiro não tivesse sido capaz de varrer da sua vida essas coisas obscuras que o visitavam em pleno jardim, como eram as palavras de Belisanda Maria» (*Id.*: 45-6).

Mais uma vez é ainda perante uma narrativa de destino que nos encontramos, o destino de uma pátria rural, agora de novo plantada à borda de água, mas em outras naus, chamadas hotéis, construídas com dinheiro estrangeiro, comandadas por seres falando outras línguas: «O Alguergue era uma grande máquina de engenharia e arquitectura e encaixava na gente, a gente nela, todos de alma estendida à beira da praia das Devícias. Bastava cada um deitar para trás das costas as lembranças do tempo dos desejos, e pôr-se no seu posto a entreter as horas, para sentirmos como a vida corria de manso» (*Id.*: 43). Esta nova ordem, que é obviamente uma desordem na mansidão, implica que o futuro seja adiado, que o olhar mande «barra fora pensamentos saudosos de coisas por viver» (*Id.*: 89) e que continuemos a ser uma pátria por cumprir: «Tudo isto é uma faixa bordejante à beira de água. Tão à beirinha, que além já nem os peixes são nossos. Estamos. Estamos circunscritos pelo desejo de vir a ser» (*Id.*: 143) comenta o próprio gerente do Alguergue.

Com *A Jangada de Pedra*, é também o destino da pátria que está em causa, não a pátria isoladamente considerada, mas incorporada na Ibéria, entendida como um todo com uma especificidade própria. Apesar, ou exactamente por causa, da integração na CE em curso, dá-se esse acontecimento fabuloso constituído pelo desprendimento da Península Ibérica dos Pirinéus, a qual «começou a mover-se, barca que se afasta do porto e aponta ao mar outra vez desconhecido» (Saramago, 1986: 45).

Aqui a rememoração da pátria faz-se evocando a vocação viajante e atlântica dos povos peninsulares. Todas as personagens do romance, portugueses e espanhóis, viajam pelos dois países ibéricos ou pelo mar, feitos Ulisses ou o Holandês Voador, aliás referidos no romance, numa deambulação à deriva, similar à da própria **jangada de pedra** em que se transformou a Península. São viagens sem rotas bem definidas, viagens de descoberta, todas elas precedidas por acontecimentos prodigiosos, viagens de busca, incluindo a da própria Península, que hesita no seu percurso, quase choca com os Açores, parece avançar para a América e finalmente acabará por fixar-se, algures no Atlântico, entre a África e a América do Sul, onde há cinco séculos atrás os descobridores ibéricos se fixaram, reencontrando assim o seu passado de ponte entre o velho e o novo mundo.

Subvertida a dimensão espacial, transformada em «ilha, ali quieta no meio do oceano» (*Id.*: 297), a Península simboliza claramente um espaço insular de utopia, o espaço matricial que o grupo viajante certamente busca de modo mais ou menos inconsciente. O tempo, também ele sofre uma suspensão: «Não era inverno, outono não era, primavera nem pensar, verão também não podia ser. Era uma estação suspensa, sem data, como se estivéssemos no princípio do mundo e não tivessem sido ainda decididas as estações e os tempos para elas» (*Id.*: 302).

Por seu turno que procurará a Península, para além de recusar o seu velho papel de periferia da Europa e o seu novo papel de região continental de costas para o Atlântico? Metaforicamente, uma das personagens diz: «esta outra ilha, a ibérica, que era península e deixou de o ser, vejo-a eu como se [...] tivesse decidido meter-se ao mar à procura dos homens imaginários» (*Id.*: 65). Os viajantes sonham sempre com uma ilha, no que ela simbolicamente carrega de refúgio e de espaço de perfeição primordial, onde seja possível começar tudo de novo; a Península feita ilha busca o seu passado, mas sobretudo procura reinventar um futuro próprio, longe da velha Europa, reinventar «homens imaginários», num universo onde as coordenadas da normalidade são outras: «Visto da península, o universo transformava-se pouco a pouco. [...] como se [...] estivesse a ser reorganizado duma ponta a outra, talvez por se achar que o primeiro não dera resultado» (*Id.*: 301) – comenta o narrador.

Assim temos de novo a Península e com ela Portugal reocupando uma vocação esquecida, ou em vias de ser esquecida com o fim do império e a integração na CE, de inventor de novas Atlântidas, construtor de novos homens, num ritual de renascença mítica, indiciada pela gravidez simultânea de todas as mulheres férteis da Península, constatada no momento em que, enfim, a Península pára.

Mais uma vez neste romance que constitui, também ele, uma narrativa de destino, se **rememora e futura**, se questiona o "ser" da pátria, que integra simultaneamente o passado mítico.

**Rememorar e futurar** o "ser" da pátria parece ser enfim um traço comum às narrativas de destino pátrio que dominam um filão significativo da ficção portuguesa actual e de algum do nosso ensaísmo, contribuindo ambos para continuar a inventar uma imagem de Portugal ou para o reinventar, em horas de perturbação em que reinventar é forma de sobreviver. O «mal é esse», Cardoso Pires? Quem sabe para a pátria... Para nós, leitores de ficção, é com certeza um bem...

**Isabel Pires de Lima** é Professora Associada da Faculdade de Letras do Porto, onde lecciona Literatura Portuguesa. Tendo-se especializado no estudo da obra de Eça de Queirós e da ficção portuguesa contemporânea, publicou diversos trabalhos, de entre os quais se destaca a dissertação de doutoramento *As Máscaras do Desengano. Para uma Abordagem Sociológica de «Os Maias» de Eça de Queirós*.

Referências  
bibliográficas

CATROGA, Fernando (1991) - «Portugal e a Europa no Espelho da sua própria História». *Via Latina*, Coimbra, Maio de 1991.

FARIA, Almeida (1980) - *Lusitânia*, Lisboa, Edições 70.

JORGE, Lídia (s/d) - *O Cais das Merendas*. Publicações Europa-América.

LOURENÇO, Eduardo (1988) - *O Labirinto da Saudade - Psicanálise Mítica do Destino Português*, 3.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote.

LOURENÇO, Eduardo (1990) - *Nós e a Europa ou as duas razões*, 3.ª ed., Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MATTOSO, José (1986) - *O Essencial sobre a Formação da Nacionalidade*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

QUADROS, António (1989) - *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos Cem Anos*, Lisboa, Fundação Lusíada.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1991) - «11/1992 (Onze Teses por Ocasão de mais uma Descoberta de Portugal)». *Via Latina*, Coimbra, Maio de 1991.

SARAMAGO, José (1986) - *A Jangada de Pedra*, Lisboa, Editorial Caminho.